

# **A ADMINISTRAÇÃO DO JUIZADO DE MENORES DO RIO GRANDE DO SUL NOS SEUS PRIMÓRDIOS (1933 A 1945)\***

## **THE ADMINISTRATION OF THE JUVENILE COURT OF THE RIO GRANDE DO SUL IN ITS EARLY AGES (1933 THE 1945)**

*ANA PAULA ZANELLA\*\**

### **Resumo**

Este artigo objetiva apresentar a estrutura administrativa do Juizado de Menores de Porto Alegre em seus primórdios (1933-1945), bem como os motivos que levaram a sua criação, utilizando-se da legislação estadual a ele relacionada. Retrocedendo ao Código de Menores (1927), recompõem-se os quadros funcionais formadores do Juizado de Menores e se caminha na sua evolução dentro do contexto social, político e cultural até as mudanças provocadas pelo Estado Novo.

### **Palavras-chaves**

Rio Grande do Sul – Justiça – Menores (crianças e adolescentes) – Código de Menores

### **Abstract**

This article's aim is to present the bureaucratic structure of the Minor Court of Porto Alegre in its beginning (1933-1945), as well as its creation reasons, using the state legislation related to it. Retroceding to the Minors Code (1927), is possible to reconstruct the Minors Court first staff, and to understand the Court's evolution inside the social, political e cultural contexts, until the changes to which the Estado Novo gave cause.

### **Key-words**

Rio Grande do Sul – Justice - Underage people (children and teenagers) – Code of Minors

---

\*Artigo recebido em 26.12.2003 e aprovado em 13.03.2003.

\*\*Graduada em História – Licenciatura Plena, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atua como pesquisadora, pela AXT Consultoria Histórica Ltda., junto ao Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul.

Na década de 1930, Porto Alegre foi o pólo irradiador da Revolução política liderada por Getúlio Vargas, que assumiu o Governo Provisório do Brasil. Tomando algumas medidas, tais como dissolução do Senado, da Câmara de Deputados, das Assembléias Estaduais e das Câmaras Municipais; demissão de funcionários públicos e nomeação de interventores para a direção dos Estados, o novo governo centralizou o poder. Para assumir o cargo de Interventor no Rio Grande do Sul foi designado o Gen. José Antônio Flores da Cunha (FLORES, 1997).

No período de 1933 a 1945, Porto Alegre também sofreu com as mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram no País.

Sob a interventoria de Flores da Cunha, criou-se, na Capital do Estado, o Juizado de Menores. Criado pelo Decreto nº 5.367 <sup>1</sup>, de 1º de julho de 1933, o Juizado tinha jurisdição privativa sobre menores abandonados, contraventores e delinqüentes que tivessem menos de 18 anos de idade, para a sua assistência, proteção, defesa, processo e julgamento.

Em Porto Alegre, na virada da década de 20 para a década de 30, o discurso moralizante da burguesia e da elite dirigente passou a explorar a questão dos menores abandonados dentro do espaço urbano. Situados à margem do sistema econômico e produtivo, eles eram alvo de discriminação e condenação moral da mesma forma como ocorria com os vadios, os mendigos e as prostitutas. Eram elementos que potencializavam a desestabilização da nova ordem, considerados inúteis ao trabalho, à unidade social e fortes candidatos a tomarem o caminho da perdição e do vício (MONTEIRO, 1995).

Na visão dos filantropos e da elite

“(...) a vadiagem e a falta de coação moral os tornava ‘presas dos maus instintos’, inúteis ao trabalho, à comunhão social e candidatos a tomarem o atalho da perdição e do vício. (...) era desta ‘legião’ que circulava perto da estação da estrada de ferro, na porta dos cinemas e ruas centrais, que emergiam os aventureiros e criminosos, os proscritos e os hóspedes das penitenciárias” (MONTEIRO, 1995: 88).

---

<sup>1</sup> Maiores informações sobre as funções do Juizado de Menores, *in* Decreto nº 5.367, de 1º de julho de 1933.

Fundamentado em legislação específica – o Código de Menores (Decreto nº 17.943<sup>A</sup>, de 12.10.1927) –, o Juizado de Menores<sup>2</sup> de Porto Alegre passou a atuar como mecanismo legal para coibir e “vigiar” as ações de menores que estivessem sob sua jurisdição.

Até então, ao contrário dos outros Estados federados<sup>3</sup>, o Rio Grande do Sul ainda não havia estabelecido um órgão judiciário capaz de absorver e cumprir todas as exigências impostas pelo Código de 1927, no que se referia à assistência e proteção dos menores. Até 1933, a jurisdição sobre os menores era da competência do 2º Juizado Distrital da Capital, conforme determinava o art. 83, parágrafo único, da Lei nº 346, de 06.04.1925. Ao 2º Juizado Distrital, cabia a tarefa de executar as leis de proteção e assistência aos menores abandonados, principalmente no que se referia às medidas preventivas.

Diante da extensão da jurisdição exercida pelo 2º Juizado, que não possuía condições para realizar as suas atribuições a contento, e da incompetência de o Juiz Distrital<sup>4</sup> destituir o pátrio-poder e de julgar os crimes cometidos por menores de 18 anos, tornou-se necessária a busca por uma solução que sanasse as deficiências apresentadas pelo Juizado.

Com base nas dificuldades apresentadas pelo 2º Juizado Distrital de Porto Alegre, decidiu-se pela criação de um outro órgão judicial que realizasse todas as funções necessárias para o bom andamento da Justiça de Menores. Assim, o então Governador<sup>5</sup> José Antônio Flores da Cunha determinou a criação do Juizado de Menores na Capital, por meio do Decreto nº 5.367, de 1º de julho de 1933.

Sob a luz do Código de Menores, ficariam reunidas na alçada de um só Juiz todas as atribuições que integrassem a competência necessária à realização, de forma eficiente, das funções

---

<sup>2</sup> O Juizado de Menores de Porto Alegre foi criado pelo Decreto nº 5.367, de 1º.07.1933.

<sup>3</sup> Desde 1923, o Rio de Janeiro já possuía um Juizado Privativo de Menores, que tinha o Juiz José Cândido de Mello Matos como seu responsável. Em São Paulo, o Juizado de Menores encontrava-se instalado desde 1924. Curitiba teve o seu Juizado de Menores instalado em 25.01.1926. E, em Belo Horizonte, o Juizado de Menores foi instituído em 31.08.1926.

<sup>4</sup> Segundo AXT (2001a: 72), cabia ao Juiz Distrital: “(...) homologar contratos, abrir testamentos, presidir casamentos, proceder a corpo de delito, preparar e julgar em primeira instância as causas cíveis, até o valor de quinhentos mil réis, e preparar processos-crimes. Não se lhe exigia diploma nem tampouco concurso. Era diretamente nomeado pelo presidente do estado, sempre a partir da indicação dos chefes políticos locais.”

<sup>5</sup> De 1930 até 1945, ou seja, do início do Governo Provisório ao final do Estado Novo, o Rio Grande do Sul teve como seus Interventores federais, respectivamente: General José Antônio Flores da Cunha, General Manoel de Cerqueira Daltro Filho, Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias e o Tenente-Coronel Ernesto Dornelles.

exigidas para a assistência, proteção, defesa, processo e julgamento dos menores abandonados, delinquentes e ou contraventores, menores de 18 anos.

O Código de Menores de 1927 surgiu com fundamento em projetos que propunham a preservação e proteção dos menores. Dentre os que circularam pelo Congresso Nacional, apenas um foi aceito, por volta de 1917: o Projeto Alcindo Guanabara que, após alguns anos “engavetado”, fora trazido à tona para aperfeiçoamento. Ciente da necessidade de uma reforma que privilegiasse um juízo especial para menores, Alfredo Pinto, então Ministro da Justiça e do Interior, deu novo impulso ao Projeto Guanabara, parado há alguns anos no Senado. Para organizar um projeto Substitutivo – título dado ao antigo projeto Guanabara –, Alfredo Pinto designou o jurisconsulto Dr. José Cândido de Albuquerque Mello Mattos. Com pequenas alterações, o projeto organizado por Mello Mattos serviu de base à Lei nº 4.242, de 05.01.1921, alterada em seu art. 3º, letras a e b, pela Lei nº 4.547, de 22.05.1922. Diante do sucesso alcançado, Mello Mattos foi incumbido da elaboração do projeto de regulamento para os menores, que foi aprovado pelo Presidente Arthur Bernardes, por meio do Decreto nº 16.272, de 20.12.1923. Anos mais tarde, o Decreto nº 5.083, de 1º.12.1926, em seu art. 1º, precedeu o Decreto nº 17.943 A, de 12.10.1927, mais conhecido como Código de Menores. Consolidaram-se, assim, as leis de assistência e proteção aos menores. (MINEIRO, 1924)

Seguindo a orientação da Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que apresentava em seus artigos 60 e 84 <sup>6</sup> a possibilidade de atribuir a outros Juízes as responsabilidades do Juiz Distrital, Flores da Cunha, por meio do Decreto nº 5.367, de 1º.07.1933, determinou a criação do novo cargo judicial e das suas funções.

Decorrente da criação do cargo de Juiz de Menores, foram ampliadas as suas competências. O Juiz de Menores passou a ser responsável pelas tarefas administrativas, criminais e cíveis, correspondentes à Lei Estadual nº 346, de 06.04.1925 <sup>7</sup>, às disposições do Código de Menores e às leis federais de proteção e assistência aos menores abandonados que não colidissem com as leis estaduais; pelas atribuições conferidas pelo artigo 58 <sup>8</sup> da Lei nº 346, quando referentes aos menores

---

<sup>6</sup> “Art. 60 – O numero de juizes da comarca da capital, como o de qualquer outra comarca, póde ser elevado pelo governo do Estado, desde que o exija a administração da justiça”. (...)

Art. 84 – As mesmas attribuições pódem ser conferidas a outros juizes, tanto na capital, como na sede de qualquer outro termo, desde que seja necessario tornar mais prompta e effizaz a administração da justiça.” (Lei nº 346, de 06.04.1925 – Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul)

<sup>7</sup> Para saber mais sobre o artigo, confira a Lei nº 346, de 06.04.1925, que também é denominada de Código de Organização Judiciária do Estado.

<sup>8</sup> Lei nº 346, de 06.04.1925 – Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, p. 13.

abandonados, contraventores e ou delinqüentes; e, finalmente, era da alçada do Juiz de Menores o encaminhamento da admissão dos menores desamparados às instituições de educação, respeitando o acordo estabelecido com estas para serem ou permanecerem sendo subvencionadas pelo Estado ou Municípios.

Além do cargo de Juiz, criaram-se os cargos de Escrivão e de mais 04 Oficiais de Diligências. Foram fundados o Abrigo de Menores e uma Escola de Reforma, que geraram a criação dos cargos de Diretor (01), Escriturário (01), Auxiliar de Escrita (01), Professor (01), Guardas (04), Cozinheiro (01) e de Servente (01).

Subordinado ao Juiz de Menores, o Abrigo de Menores recebia, em caráter provisório, os menores abandonados e delinqüentes. Deveria ser dividido em duas alas, uma feminina e outra masculina, ambas subdivididas em sessões de abandonados e delinqüentes, depois distribuídos em turmas de acordo com o motivo do recolhimento, faixa etária e “grau de perversão”.

No Abrigo, os menores ocupavam-se de exercícios de leitura, escrita e cálculos, bem como de lições de desenhos em trabalhos manuais, ginástica e jogos desportivos. Ao dar entrada no Abrigo de Menores, o menor era recolhido a um pavilhão de observação munido com aposentos de isolamento, depois de inscrito na Secretaria, fotografado, submetido à identificação e examinado por um médico e um professor, ficando sob vigilância pelo tempo que se julgasse necessário. A Direção do Abrigo era nomeada por meio de Decreto, sendo que os demais funcionários, como escriturário, amanuense, almoxarife, identificador e auxiliar de identificador, os professores, os mestres e os inspetores eram nomeados por Portaria do Ministro da Justiça. O Diretor recebia ordens diretamente do Juiz de Menores e nomeava os demais funcionários.

Montada a estrutura inicial do Juizado de Menores, criados os cargos e determinadas as funções necessárias, o passo seguinte foi definir o tipo de processo seletivo dos funcionários.

Determinou-se que, para ocupar o cargo de Juiz de Menores, deveria ser o Juiz de Comarca<sup>9</sup> que possuísse aptidões especiais. Era nomeado pelo Governo, em Comissão, e seria mantido na função enquanto bem servisse. Caso fosse dispensado pela Comissão, deveria voltar para a antiga

---

<sup>9</sup> Segundo AXT (2001a: 72-73), o Juiz de Comarca “(...) dirigia o foro central de cada comarca. Não se lhe exigia o diploma de curso superior, mas precisava o mesmo prestar concurso público, cujas provas eram aplicadas e avaliadas por uma comissão de desembargadores coordenada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado. Tinha de julgar em primeira instância, todas as causas cíveis de valor superior a quinhentos mil réis e em segunda instância todas aquelas cujo valor não ultrapassasse esse limite, pronunciar e julgar crimes comuns, políticos ou de responsabilidade de funcionários e autoridades públicas e judiciárias, além de presidir o tribunal do júri. Esse magistrado era vitalício, mas podia ser removido de acordo com ‘a conveniência pública’ e podia, mesmo, ser suspenso, caso condenado em processo contra ele movido.”

Comarca onde jurisdicionava antes de ocupar o cargo no Juizado de Menores, caso aquela estivesse vaga, ou dirigir-se para outra de entrância igual a que a Comissão o tivesse promovido pelo acesso, conforme determinava o art. 55 da Lei nº 346<sup>10</sup>. Se, porventura, o Juiz estivesse impedido de exercer as funções, ou houvesse cometido alguma falta, era substituído por outro Juiz de Comarca indicado pelo Governo.

Os funcionários destinados aos demais cargos criados eram nomeados à medida que houvesse necessidade dos serviços definidos em suas atribuições. Os seus numerários, quando em atividade no Juizado de Menores, eram determinados de acordo com a tabela orçamentária do Estado, e, para serem destituídos das suas atividades, bastava a proposição do Juiz de Menores. Todos os funcionários, exceto o Juiz de Menores, tinham as suas funções reguladas e discriminadas por um regulamento interno próprio que regia o corpo funcional do Juizado de Menores.

Como nem todos os cargos necessários para o bom funcionamento do Juizado de Menores estavam criados, as funções do Curador e do Promotor eram exercidas por um dos Promotores Públicos da Capital, então designado para atuar perante o Juízo de Menores.

Prestavam apoio ao Juizado de Menores profissionais da área da saúde, como médico psiquiatra, oriundo do manicômio judiciário, as funções de médico do Abrigo de Menores, por médico da Casa de Correção<sup>11</sup> designado.<sup>12</sup>

Para complementar a estrutura administrativa do Juizado, as polícias administrativa – dirigida por subintendentes –, e judiciária – coordenadas por delegados e subdelegados – também deveriam atuar perante o Juízo de Menores, quando por ele solicitado o acompanhamento policial em diligências a serem realizadas.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> “Art. 55 – Os juizes de comarca terão acesso de entrancia inferior para superior, sempre que ocorrer vaga, observada a ordem da antiguidade.

§ único. – A aceitação do acesso é facultativa.” (Lei nº 346, de 06.04.1925)

<sup>11</sup> Para saber mais detalhes sobre a Casa de Correção, confira PAIVA, Helena Marisa Vianna. *A Casa de Correção de Porto Alegre: 1889-1898*. Porto Alegre: PUC, 1993. Tese de Doutorado.

<sup>12</sup> Para saber mais sobre o tema, confira WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

<sup>13</sup> Segundo Axt (2001c: 112): “A Constituição de 1891, procurando fazer coexistir a autonomia local com a intervenção do poder central estadual nos municípios estabeleceu a superposição das polícias: enquanto a chamada “administrativa” era custeada pelos municípios e comandada pelos subintendentes, a “polícia judiciária” compunha-se, nos municípios, dos delegados e subdelegados, estando submetida ao secretário do interior e justiça, à chefatura de polícia e às quatro sub-chefaturas regionais, as quais podiam dispor dos regimentos brigadianos, embora eles não estivessem sob seu comando direto.” A Constituição de 1935 não menciona a situação das polícias administrativas e judiciárias, apenas menciona, em seu art. 138, que “O Estado organizará e dirigirá o policiamento em todo o seu território, mediante contribuição dos municípios.”

Como corpo auxiliar da ação do Juizado de Menores, foi criado o Conselho de Assistência e Proteção a Menores – considerado como associação de utilidade pública com personalidade jurídica, para os efeitos de receber legados, heranças, doações, cujo fim seria o próprio manutenção de seu patrimônio, juntamente com as subvenções oficiais, as contribuições de seus membros, bem como outros tipos de fontes de renda –, que tinha a permissão para ampliar a quantidade de seus membros, prestadores de serviços gratuitos, de forma ilimitada. Era composto por um Presidente, que atuava juntamente com os seus administradores, eleitos a cada triênio. Também cabia ao Conselho delegar a pessoas de sua confiança poderes para desempenhar as funções que lhe aproovessem, tanto de caráter provisório como permanente, designados como “Delegados da Assistência e Proteção aos Menores”.

Tanto o Conselho como o Juizado estavam subordinados ao Secretário do Interior e Justiça. Cabia ao Secretário do Interior organizar o Conselho, outro órgão do Poder Judiciário, de acordo com os arts. 222 e seguintes do Código de Menores (Decreto nº 17.943 A, de 12.10.1927), e também designar os seus membros, se assim fosse conveniente.

Em 1934, por meio do Decreto nº 5.650, de julho do ano corrente, foi criado o Juizado de Comarca da 6ª Vara da Capital. Além de imprimir novos contornos ao Juizado de Menores de Porto Alegre, o Decreto alterou a forma de nomeação dos Juizes.

A primeira nomeação para o Juizado de Comarca da 6ª Vara passou a ser de livre escolha do Governo, e os Juizes passaram a ser nomeados dentre aqueles que estivessem tanto em Comarca de entrância inferior como da Comarca da Capital. Dentre suas atribuições, atuariam estrita e privativamente nas funções designadas pelo Decreto nº 5.367, e destas atividades não se desviariam. Por fim, determinou-se que o primeiro Juiz nomeado para ocupar a 6ª Vara não poderia ser removido para qualquer outra Vara da Capital, enquanto houvesse outro Juiz de Comarca mais antigo, pois este último tinha a preferência respeitada devido à antigüidade na carreira.

Apenas em 1934 foi nomeado, pelo ainda Governador José Antônio Flores da Cunha, o Promotor Público e Curador do Juizado de Menores, Bacharel Octavio Pitrez<sup>14</sup>. Para ocupar o cargo de médico psiquiatra do Juizado, designou-se o Dr. Augusto Prisco Paraiso Filho<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> O bacharel Octavio Pitrez foi nomeado pelo Decreto Estadual nº 5.500, de 02.01.1934.

<sup>15</sup> O médico psiquiatra Dr. Augusto Prisco Paraiso Filho foi nomeado pelo Decreto Estadual nº 5.501, de 02.01.1934.

O cargo de Juiz 6ª da Vara somente foi preenchido em julho de 1934. Para receber as atribuições, nomeou-se o Juiz de Comarca Bacharel Claudino Gayer<sup>16</sup>. Entre os anos de 1935 e 1936, não foram registradas alterações legais na dinâmica interna da 6ª Vara.

Pelo levantamento da legislação estadual <sup>17</sup> realizada pelo próprio Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, por meio do Juizado de Menores, não consta o Decreto-Lei Estadual nº 890, de 1º de setembro de 1945, que se refere à criação do Serviço Social de Menores (SESME). Ao SESME competia a sistematização, orientação e articulação dos serviços dos estabelecimentos públicos ou particulares destinados à internação dos menores abandonados, transviados e pobres; incentivar a iniciativa particular, no sentido da criação de educandários especializados; harmonizar a ação social do Estado com as atividades das instituições particulares de amparo a menores; informar as autoridades competentes quanto à distribuição de auxílios e subvenções destinadas a instituições particulares de assistência a menores; sugerir medidas capazes de ampliar e melhorar as atividades mantidas pelo Estado ou por ele subvencionadas e oficializadas; propor celebração de contratos com instituições particulares; proporcionar assistência médica, dentária e educação aos menores em geral, tanto nos estabelecimentos oficiais como nos particulares; receber e abrigar os menores, por intermédio do Juiz de Menores da Capital, nos estabelecimentos oficiais ou subvencionados; providenciar junto ao Juiz competente investigações com fins de internamento de menores; proceder à investigação jurídico-social e ao exame médico psíquico-pedagógico dos menores por eles assistidos; estudar as causas da miséria, do desamparo do abandono e desvio da conduta da infância e da juventude; promover o encaminhamento social dos menores egressos e, finalmente, manter cursos de formação de pessoal técnico exclusivo do SESME.

Em princípio, o SESME ficou subordinado à Diretoria Geral da Secretaria do Interior e Justiça. No ano seguinte à sua criação, passou para a alçada do Departamento Estadual de Saúde, conforme o Decreto-Lei nº 1.063, de 13.02.1946 (BOA NOVA, 1964).

O final da década de 30 marcou a implantação de um novo regime de governo no Brasil, denominado de Estado Novo, instaurado em 10 de novembro de 1937. Desde 1930, as instituições e práticas que se apresentaram em 1937 já se estavam estruturando. Assim, quando instalado o Estado Novo, integraram-se e ganharam coerência dentro do novo regime, e a tendência centralizadora

---

<sup>16</sup> O Juiz de Comarca Bacharel Claudino Gayer foi nomeado pelo Decreto Estadual nº 5.651, de 14.07.1934.



iniciada em 1930 tomou forma. Os Estados passaram a ser gerenciados por Interventores nomeados diretamente pelo poder central e escolhidos dentre critérios próprios e diferenciados.

Vargas, entre outras preocupações, buscou formar uma opinião a seu favor, para isso proibiu críticas e informações “independentes”, e elaborou “a sua versão” da história do País. Criou nos Estados uma intensa campanha de nacionalização massificada, por meio da fundação de grupos escolares. (FAUSTO, 2001)

Segundo José Murilo de Carvalho (1998: 21), Vargas utilizou-se de alguns preceitos atribuídos ao positivismo, durante o regime do Estado Novo:

“A idéia de incorporação foi um terceiro valor positivista, muito próximo da nossa tradição ibérica, também rapidamente absorvido pela cooperação, pela integração, pela incorporação das classes sociais, eis aí uma receita que teve plena aplicação mais tarde durante o Estado Novo”.<sup>18</sup>

Ao reunir a legislação estadual do período, mais especificamente os decretos que se referiam à estruturação administrativa do Juizado, constatou-se que, no ano de 1934, foram nomeados respectivamente o Promotor Público e o Curador, o médico psiquiatra e o Juiz de Menores, para atuarem nas suas funções.

Planejado para durar muitos anos, o Estado Novo, entretanto, teve a sua duração restringida devido aos problemas surgidos com a inserção do Brasil no quadro das relações internacionais que promoveram e impulsionaram as oposições a Vargas, bem como abriram caminho para crises internas dentro próprio governo. (FAUSTO, 2001)

Segundo Axt (2001a: 95)

“O regime varguista já vinha combatido, em parte devido ao ocaso das ditaduras européias, contra cuja aliança, aliás, o Brasil lutara na Segunda Guerra Mundial, mas, em parte, também porque crescia um movimento interno da opinião pública em prol da abertura.”

---

<sup>17</sup> De acordo com o levantamento realizado pelo próprio Juizado de Menores do Rio Grande do Sul, em 1967, apenas em 1953 foi registrado um Decreto Estadual. Este documento consiste na Lei nº 5.446, de 27.01.1967, que reproduz ao final da mesma toda a legislação referente ao Juizado de Menores.

<sup>18</sup> Para saber mais sobre o positivismo, confira GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (orgs.). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.

Diante da situação que se criara a sua volta, Vargas tentou preservar o poder e iniciar o processo de descompressão por meio do desencadeamento da redemocratização do País, iniciado em fevereiro de 1945, quando permitiu a criação de novos partidos políticos, aliada à promessa de eleições. Em abril do mesmo ano, anistiou vários presos políticos, entre eles Luís Carlos Prestes. Mesmo com as tentativas de apaziguamento dos ânimos da situação política do País, a insatisfação dos militares continuava crescendo. Para resolver essa questão, Vargas baixou, em 10.10.1945, o Decreto-Lei nº 8.063, em que convocava eleições parlamentares para as lideranças estaduais e determinava a redação das respectivas Constituições estaduais, que vinha sendo adiada desde 1937. (AXT, 2001a)

No Rio Grande do Sul, o então Interventor Federal, General Ernesto Dornelles, em conjunto com seus Secretários, outorgou uma Carta que, inspirada na Constituição 1937, delimitava as garantias individuais. De acordo com Axt (2001a: 96):

“(...) O texto previa ainda a censura prévia à imprensa e armava o Poder Executivo com potentes instrumentos de intervenção e repressão. Porém, com o golpe de 29 de outubro no Rio de Janeiro e a assunção ao Governo estadual do Desembargador Samuel Figueiredo da Silva, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a nova Constituição foi revogada em 1º de novembro.”

Prosseguindo na análise da legislação, verificou-se que, de 1934 a 1945, período de transição entre o final do Governo Provisório e o início do Estado Novo, não foi editado nenhum decreto ou aprovada legislação estadual que fizesse menção ou alterasse a dinâmica administrativa do 2º Juizado da 6ª Vara de Porto Alegre, ou Juizado de Menores.

Como já mencionado, no período de 1937 a 1945, vigorou o Estado Novo no País. Com forte tendência centralizadora e nacionalista, o novo regime, pelo depreendimento da documentação levantada, no que se refere ao Juizado de Menores<sup>19</sup>, não reforçou as estruturas internas da Justiça.

No Brasil, desde a Colônia, a assistência e proteção à infância desamparada eram funções, quase absolutas, da Igreja Católica. As Santas Casas de Misericórdias, por meio da Roda dos

---

<sup>19</sup> Apenas em 1943, e em âmbito federal, por meio do Decreto nº 6.026, de 24.11.1943, que dispunha sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais e dá outras providências, uma medida legal acrescentou algumas prerrogativas a mais para as atividades dos Juizes de Menores.

Expostos e do Recolhimento das Meninas Pobres, eram as responsáveis pela assistência aos e proteção dos menores. Segundo Marcílio (2000: 40),

“Nos finais do Império, entravam com força particular nas Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, assim como na Real Academia de Medicina, os debates sobre os novos ideais burgueses de educação, de assistência social, de normatização jurídica e de saúde pública.”

Receptivos às novas teorias que surgiam, muitos intelectuais brasileiros tornaram-se discípulos de Cesare Lombroso, cujas teorias antropológicas definiam que:

“O criminoso trazia consigo, por hereditariedade, seus caracteres danosos. Para coibi-los ou frear as tendências ao crime inatas em certos indivíduos, impedindo assim que ele se tornasse criminoso de fato, era preciso interpor-lhe uma educação rígida e fortemente controlada, de preferência longe da família, em instituições totais, criteriosamente regulamentadas.” (in MARCÍLIO, 2000: 40)

As idéias de Lombroso fizeram tanto sucesso no Brasil, que em 1894, Nina Rodrigues, em sua obra “Raças humanas e responsabilidade penal”, afirmou que “crianças, negros e loucos, em geral, não possuem o desenvolvimento físico e mental completos.” (in MARCÍLIO, 2000: 40) Além de Lombroso, outros teóricos antropológicos influenciados por Lombroso, também se destacaram na Itália, como Ferri, por exemplo.

Em âmbito nacional, o Código Penal de 1890 foi o primeiro grande projeto social que marcou a atuação do Estado no tratamento das questões relativas ao menor infrator. Para Marcílio (2000), esse projeto originou-se no interesse de parcela intelectualizada da sociedade brasileira, que acreditava:

“(...) com otimismo e entusiasmo, na força da ciência e no primado da razão humana, que propiciariam o progresso indefinido dentro da ordem e a vitória da civilização sobre a barbárie. Esse destino seria promovido pelas novas gerações, que, por isso mesmo, deveriam ser bem cuidadas – no físico e na mente. As crianças das ‘classes perigosas’, dos muito pobres, deveriam merecer atenção redobrada, instrução básica, cuidados com o corpo, higienização dos costumes, treinamento profissional e disciplina rigorosa.

Havia que incutir-lhes o amor ao trabalho, a submissão e obediência aos valores e normas da sociedade, para que se tornassem cidadãos ‘úteis a si e à sociedade’.” (MARCÍLIO, 2000: 40)

Para a autora, tais medidas seriam, sinteticamente, as origens de uma “filosofia filantrópico-liberal-científica” (MARCÍLIO, 2000: 40) voltada para as crianças pobres, desvalidas e desviantes, expressadas pelo Código Penal de 1890.

O art. 27<sup>20</sup> do Código Penal, ao definir a idade dos criminosos, buscou embasamento científico nas idéias de Lombroso, que determinou em suas obras a idade 9 anos para imputabilidade mínima dos menores infratores. Tal decisão foi apoiada por muitos outros intelectuais da época que também viam, na ciência e em estudos nela embasados, uma maneira eficaz de prevenir e resolver determinados problemas sociais. Entre os intelectuais que apoiaram a determinação do art. 27, destacou-se Octaviano Vieira (1906: 34) que viu a redução da idade de imputabilidade do menor como uma “inovação, certamente humanitária e mais em harmonia com os preceitos da ciência.”

Mais de trinta anos se passaram desde o Código Penal de 1890, sem que uma legislação legal destinada aos menores fosse regulamentada e colocada à prova, até a criação do Código de Menores de 1927 que serviu também para regularizar de forma uniforme e legal, em todo o País, os mecanismos de proteção, assistência e processo de menores de 18 anos, bem como legalizar a visão da elite dirigente do que seria a “criança ideal”. Decorrente de uma mentalidade que se vinha afirmando entre as elites nacionais com argumentos moralizantes, o Juizado de Menores surgiu como um mecanismo de vigilância de uma parcela da população: os menores abandonados<sup>21</sup>.

Uma das principais contribuições do Código de 1927 foi a consolidação dos Juízos de Menores já existentes e a criação de órgãos legais específicos, onde ainda não existiam. Em alguns Estados, como Minas Gerais, por exemplo, o Juizado de Menores já se encontrava em funcionamento desde 31.08.1926, instalação determinada pelo Decreto Estadual nº 7.326.

No Rio Grande do Sul, o órgão do Judiciário responsável por questões legais ligadas aos menores de 18 anos era o 2º Juizado Distrital da Capital, a cujo Juiz Distrital competia solução das

---

<sup>20</sup> “ Art. 27. – Não são criminosos:

§ 1º. Os menores de 9 annos completos;

§ 2º. Os maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento;” (Código Penal Brasileiro de 1890)

<sup>21</sup> De acordo com a mentalidade do período, os menores eram abandonados moralmente, socialmente e materialmente.

demandas judiciais referentes aos menores abandonados e delinquentes. Entretanto, a incompetência do Juiz Distrital para resolver os pleitos referentes à destituição do pátrio poder, dentre outros feitos, dificultava o julgamento e a agilidade do 2º Juizado, levando à criação do Juizado de Menores.

É de salientar que a delinquência de menores foi uma preocupação que perpassou todas as ciências ligadas ao homem. Em todos os países da América Latina e da Europa, existiam intelectuais que buscavam alternativas e/ou meios para solucionar essa delinquência, pois os menores eram considerados o “futuro” de qualquer país. Compartilhando dessa mesma visão sobre a infância abandonada e delinquente, que se refletia também no Brasil, o Juizado de Menores foi instalado em Porto Alegre, tendo como modelo as orientações apresentadas pelo Código de Menores de 1927, que norteou toda a sua organização administrativa, bem como a legislação a ser aplicada nos casos envolvendo menores de 18 anos.

Nas sociedades atuais, a criança passou a receber maior atenção em seu desenvolvimento, conseqüente ao reconhecimento da importância da infância na formação do cidadão. Entretanto, juntamente com esse reconhecimento surgiu um aparato de recursos e instrumentos destinados ao “isolamento” das crianças, representado pela escola. A criação em escolas deu um lugar em separado para a criança, e essa sujeição que, segundo Ariès, impôs disciplina à infância, deve ser interpretada como “(...) uma das facetas da grande moralização dos homens levada a cabo pelos reformadores católicos ou protestantes, eclesiásticos, juristas ou homens de Estado.” (1988: 12). Entretanto, essa sujeição não existiria, se não houvesse o consentimento das famílias que atribuíam à educação uma forma de demonstração de carinho. Tais considerações podem ser identificadas no Código de Menores de 1927, ao transformar a legislação de menores, passando de punitiva a preventiva, expressa por leis de proteção dos abandonados, bem como por instituições criadas com objetivo de “corrigi-los” e “instruí-los”.

## Referências bibliográficas

- AITA, Carmen; AXT, Gunter (orgs). *Getúlio Vargas: discursos (1903-1929)*. 2 ed. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.
- ARIÈS, Philippe. *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água, 1988.
- AXT, Gunter. *O Ministério Público no Rio Grande do Sul: evolução histórica*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça. Projeto Memória, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *Considerações sobre a autonomia do Poder Judiciário na história nacional*. In: *Revista da AJURIS*. Ano XXVII – nº 84 – Tomo I – Dezembro de 2001b.
- \_\_\_\_\_. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001c. Tese de Doutorado.
- BOA NOVA. *Assistência e justiça para os menores*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1964.
- CARVALHO, José Murilo de. *O positivismo brasileiro e a importação de idéias*. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (orgs.). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.
- Código de Menores. Porto Alegre: Globo, 1928.
- Coletâneas de Leis do Estado do Rio Grande do Sul.
- Consolidação das Leis de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1942.
- Constituições sul-riograndenses (1843-1947). Porto Alegre: Imprensa oficial, 1963.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: USP, 2001.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 6 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (orgs.). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.
- JUIZADO DE MENORES DE PÔRTO ALEGRE. *Legislação sobre menores*. Porto Alegre: Globo, 1956.
- Lei nº 346, de 6 de abril de 1925. Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Graphics d' "A Federação", 1925.
- Lei nº 5.446, de 27.01.1967.
- Lei da Organização Judiciária do Estado. Porto Alegre: Of. Gráf. Livraria do Globo, 1940.

LOMBROSO, César. *O homem delinqüente*. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *O Direito do menor no século XX*. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (org.). *Direitos humanos em dissertações e teses da USP: 1934-1999*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MINEIRO, BEATRIZ SOFIA. *ASSISTENCIA E PROTECÇÃO AOS MENORES ABANDONADOS E DELINQUENTES*. RIO DE JANEIRO: S/N, 1924. 207 p.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: PUCRS, 1995.

MUCCILLO, Jorge A. M. *O menor e o direito*. Porto Alegre: s/e, 1961.

PAIVA, Helena Marisa Vianna. *A Casa de Correção de Porto Alegre: 1889-1898*. Porto Alegre: PUC, 1993. Tese de Doutorado.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. *Criança e criminalidade no início do século*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil*. Bahia: Editora Guanabara, 1940.

UFLACKER, Augusto. *Código penal da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. 2 ed. Pelotas/Porto Alegre/Rio Grande: s/e, 1898.

VIEIRA, Octaviano. *O menor perante o código penal: apontamento praticos*. São Paulo: s/e, 1906.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.